

**X Encontro de Pós-graduação
em História Econômica**

Virtual

**8ª Conferência Internacional
de História Econômica**

9, 10, 11 e 12 de novembro

2020

**O empresariado no processo de industrialização
brasileira: uma análise da elite empresarial no
período de 1930-1964**

Amanda Mayara da Silva Bento

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

**O empresariado no processo de industrialização brasileira: uma análise da elite
empresarial no período de 1930-1964¹**

**The businessmen in the brazilian industrialization process: an analysis of the
business elite in the period 1930-1964**

Amanda Mayara da Silva Bento²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel do empresariado no processo de industrialização brasileira entre as décadas de 1930 e 1960 com foco especial em duas figuras representativas: Euvaldo Lodi e Lucas Lopes, simbolizando, respectivamente, a elite industrial com participação ativa em órgãos consultivos e representativos e a nova elite técnica administrativa do Governo que surge no período. Dessa maneira, busca-se identificar o poder de articulação dessa elite entre os setores público e privado. Para isso, o trabalho tem o objetivo de analisar a atuação de Lodi em órgãos como o Conselho Federal do Comércio Exterior, de atuação na área econômico-financeira, e a Confederação Nacional da Indústria. Além disso, também faz parte dos objetivos, apresentar uma contextualização da valorização do saber técnico no interior do aparelho estatal e da chamada tecnoburocracia, especialmente do engenheiro, e, nesse sentido, apresentar a atuação política de Lopes como dirigente público. Essas análises serão realizadas baseadas em uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa. A pesquisa demonstrou uma relação estratégica entre a elite industrial composta por profissionais qualificados, como Euvaldo Lodi e Lucas Lopes, e um Estado nacional-desenvolvimentista que tinha como um dos principais objetivos modernizar a indústria brasileira, dando espaço ao projeto de industrialização da elite industrial e seus interesses que, como resposta, deu apoio ao sistema autoritário do Governo.

Palavras-chave: Empresariado brasileiro; Elite Industrial; Estado; Euvaldo Lodi; Lucas Lopes; Tecnoburocracia.

ABSTRACT

This work aims to analyze the role of the businessmen in the Brazilian industrialization process between the 1930s and 1960s with a special focus on two representative figures: Euvaldo Lodi and Lucas Lopes, symbolizing respectively the industrial elite with active participation in advisory and representative bodies and the new technical administrative elite of the Government. Thus, this seek to identify the power of articulation of this elite with the power of articulation between the public and private sectors. For this purpose,

¹ O presente trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento, em nível de mestrado.

² Mestranda em Economia e Desenvolvimento na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

the work aims to analyze Lodi's performance in bodies such as the Federal Council for Foreign Trade, operating in the economic-financial area, and the National Confederation of Industry. Also, it is part of the objectives to present a contextualization of the valorization of technical knowledge within the state apparatus and the so-called technobureaucracy, especially of the engineer and to present Lopes' political performance as a public leader. These analyses will be carried out based on a qualitative bibliographic search. The research demonstrated a strategic relationship between the industrial elite composed of qualified professionals and a national-developmental State whose main objective was to modernize the Brazilian industry, thus giving space to the elite's industrialization project that supported the government's authoritarian system.

Keywords: Brazilian businessmen; Industrial elite; State; Euvaldo Lodi; Lucas Lopes; Federal Council for Foreign Trade; National Confederation of Industry, Technobureaucracy.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel do empresariado no processo de industrialização brasileira entre as décadas de trinta e sessenta, com foco especial em duas figuras representativas: Euvaldo Lodi e Lucas Lopes, simbolizando, respectivamente, a elite industrial com participação ativa em órgãos consultivos e representativos e a nova elite técnica administrativa do Governo que surge no período.

A Revolução de 1930 marcou o novo momento do capitalismo brasileiro, tendo o Estado reconhecido como o núcleo dinâmico do sistema, especialmente no Estado Novo de Vargas (1930-1945) e na República Populista (1945-1964). Por outro lado, além da admitida importância da intervenção estatal, a atuação de setores sociais da sociedade civil também fez parte das decisões estratégicas do governo. É nesse sentido que, se o novo regime estabeleceu um esquema de alianças entre os setores dominantes, capaz de redefinir os principais canais de acesso da elite industrial ao poder, legitimando sua ação política e técnica no aparelho estatal, o presente trabalho busca identificar o poder de articulação dessa elite, através de ambos os personagens que valorizaram a representatividade do setor industrial – Euvaldo Lodi - e o saber técnico da gestão pública – Lucas Lopes. Para isso, o trabalho tem o objetivo de analisar a atuação de Lodi em órgãos de natureza consultiva, criados nesta fase, como o Conselho Federal do Comércio Exterior, de atuação na área econômico-financeira, e a Confederação Nacional da Indústria, de natureza representativa. Além disso, também faz parte dos objetivos, apresentar uma contextualização da valorização do saber técnico no interior do aparelho estatal e da chamada tecnoburocracia, especialmente do engenheiro, e esquematizar a

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

atuação política de Lopes como dirigente público em projetos que começam em Minas Gerais, onde este começou sua carreira, e que o levou, entre outros cargos importantes, à elaboração do Plano de Metas do governo JK (DINIZ, 1978; VAINER, HIRT, *et al.*, 2015).

A escolha dos engenheiros Euvaldo Lodi e Lucas Lopes se deu por apresentarem atuações distintas, e que, portanto, muitas vezes não são estudadas em conjunto, apesar de terem sido, ambos, de elevado grau de importância para a indústria. Dessa forma, essas análises serão realizadas baseadas em uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa, de acordo com alguns dos principais autores que discutem sobre a relação do empresariado com o Estado, como em Diniz (1978), Pont (2007) e Farias (2010), além da valorização do saber técnico, dada pelo governo do período, nas tomadas de decisões, principalmente em relação à indústria nacional, como em Dulci (2008), Almeida (2003), Bresser-Pereira (2007), entre outros.

Para que tais objetivos sejam cumpridos, procurou-se dividir o trabalho da seguinte forma: na primeira seção será apresentada a discussão sobre o empresariado industrial brasileiro e seus entraves como classe hegemônica nos anos entre 1930 e 1960. Na segunda seção, serão relatadas as principais reivindicações e conquistas da elite industrial com destaque ao caso de Euvaldo Lodi e seus principais canais de expressão. A terceira seção será dedicada à valorização do saber técnico e inclusão do engenheiro na promoção da estrutura industrial brasileira, visto como estratégia à modernização do capitalismo industrial, ilustrado pela trajetória do engenheiro Lucas Lopes e seus projetos. Por fim, na última seção, serão feitas as considerações.

1 DISCUSSÕES SOBRE O EMPRESARIADO BRASILEIRO

As primeiras discussões sobre o papel do empresariado brasileiro se dão no contexto do processo de industrialização nacional, a partir da década de 1930, no qual o planejamento econômico se torna um instrumento visto como essencial ao desenvolvimento do país. Nesse contexto, o empresariado é avaliado por seu alinhamento com o papel mais ativo do Estado (DINIZ, 2010).

Há na literatura sobre o tema abordagens que classificam o comportamento econômico-político do empresariado industrial brasileiro de duas maneiras. De um lado estão presentes argumentos que analisam o empresariado como deficiente enquanto classe, fraco e passivo aos interesses do Estado. Neste escopo estão as visões de Oliveira Vianna

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

(1987), Luciano Martins (1968) e Fernando Henrique Cardoso (1963). Segundo Barbosa (2013), a visão de FHC detém o empresariado industrial brasileiro com uma ideologia diferente dos empresários do capitalismo norte-americano – racional e em busca do lucro -, no qual aquele representava uma categoria de *senhores absolutos* em que a valorização na experiência vinha antes do planejamento racional, ao se guiarem no mercado. Essa característica de administração pessoal e por vezes familiar teria dificultado o ritmo do processo de industrialização em curso desde a década de 1930 (BARBOSA, 2013).

Por outro lado, a partir da década de 1970, o aprofundamento sobre a análise do papel do empresariado no Brasil permitiu uma concepção diferente a respeito da importância dessa classe. As interpretações de Octávio Ianni (1989), Eli Diniz (1978), Renato Raul Boschi (1979), Maria Antonieta Leopoldi (2000), Fernando Prestes Motta (1979), entre outros, mostram isso. Para esse grupo de autores o empresariado industrial é visto como um personagem ativo e organizado, com capacidade de mobilização, mas nos limites do capitalismo brasileiro (BARBOSA, 2013).

1.1 Dificuldades de hegemonia da classe industrial

Quanto ao primeiro ponto de vista levantado como sendo o empresariado um fraco ator político com dificuldade de hegemonia de classe, Cardoso (1972) argumenta que as condições de modernização da produção que ocorrem no Brasil após a década de trinta, não levaram necessariamente à mentalidade inovadora do industrial. Essa tal mentalidade estaria relacionada mais com o meio social vivido do que a própria “capacidade empresarial”. Nesse sentido, os requisitos culturais e sociais dos quais surgiram os empresários da indústria justificam a ideologia e atuação destes perante o desenvolvimento industrial e a consequente relação com o *Estado-Nação* brasileiro. Dessa forma, as condições de mercado formadas num contexto no qual a demanda existente não era mais suprida nos moldes tradicionais, dadas pela supressão das importações, devido às guerras, o protecionismo e políticas cambiais, levaram pequenas empresas e oficinas lançarem-se ao setor industrial sem ter tido, contudo, a estrutura necessária para obter padrões de alta qualidade. Tais condições de mercado - consumo de produtos de baixa qualidade e a preços altos - permitiram aos produtores o desenvolvimento de expectativas de lucros sempre altos e fáceis, sem a contrapartida de mercadorias tecnicamente desenvolvidas. O lucro, portanto, através dos altos preços seria a primeira preocupação dos industriais, em lugar do avanço da capacidade produtiva por

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

meio do progresso técnico. A persistência dessa situação teria tido consequências negativas sobre o desenvolvimento da produção capitalista e levado ao apego a práticas tradicionalistas, postergando as possibilidades reais do crescimento industrial (CARDOSO, 1972).

Cardoso (1972, p. 138) argumenta que as práticas e crenças dos industriais dessa época estavam relacionadas à falta de reivindicação pela modernização na sociedade, sem esforços e intenção de modificar os padrões arcaicos. Nesse sentido, o autor intitula os industriais que se sentiam confortáveis com a realidade econômica e social da época como *capitães da indústria*. Tal denominação representa administradores que não visavam o desenvolvimento tecnológico, a organização racional das empresas e, conseqüentemente, os lucros da produção em série, devido à própria realidade das condições sociais que levaram à canalização das energias inovadoras na prática de ações, exigidas pelo empreendimento capitalista (CARDOSO, 1972; BARBOSA, 2013).

Quanto à atuação do Estado, o empresariado defenderia a proteção a indústria, principalmente no que diz respeito ao financiamento de longo prazo e condições para o lucro cada vez maior. Mas, ao mesmo tempo não seriam a favor do Estado-intervencionista, justificando os investimentos do governo como ineficientes, além de impedir condições de “livre empresa” (CARDOSO, 1972).

Pelo caráter individualista e uma relação dualista com o Estado o projeto de hegemonia da burguesia industrial como classe representativa apresentaria inconsistências. Os interesses pessoais do industrial são colocados antes do interesse coletivo, deslegitimando a lógica de classe do empresariado e explicitando uma ideologia pragmática, na qual a visão dos interesses do capitalismo brasileiro não é visto, e a ideia de guiar os destinos da Nação não se relaciona aos seus principais objetivos. Além disso, a tendência dos industriais em dirigir suas respectivas demandas de forma segmentada ao Estado e não organizar um enfoque generalizado e global dos problemas, devido aos diferentes setores industriais (têxtil, de alimentos, etc) que, aliás, era detido muitas vezes por um só empresário, principalmente em gerações de famílias tradicionais, foi outro fator que impediu a hegemonia de classe dos empresários da indústria (CARDOSO, 1972; BARBOSA, 2013; FARIAS, 2010).

Não assumindo as responsabilidades políticas de classe economicamente dominante, a burguesia industrial torna-se em parte instrumento da dominação política dos grupos tradicionais. Com isso, cria, quiçá, a possibilidade que mais teme: de perder as chances históricas de exercício pleno da dominação de classe (Cardoso, 1972, p. 191).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Com essa visão, Cardoso (1972) conclui que, dado o caráter arcaico da condução econômica brasileira, a burguesia industrial não seria capaz de se constituir como classe hegemônica no processo político, sem condições de produzir um projeto consistente de sociedade e se constituir como classe. Mesmo sem hegemonia política, as relações com o Estado mostram que o empresariado adquiriu durante todo o Estado Novo, até a década de sessenta, hegemonia ideológica (FARIAS, 2010; VAINER, HIRT, *et al.*, 2015). Esse fato é representado dada a

[...]capacidade das frações das classes dominantes de apresentarem os seus interesses como expressão do (aparente) interesse geral da nação. Os setores dominantes da burocracia do Estado, ao promoverem um projeto de industrialização, elevaram os interesses industriais como representativos do “interesse nacional”. [...] A preponderância ideológica se traduzia, por exemplo, no fato de que nenhuma das forças políticas tinha a postura de ser contra a industrialização (FARIAS, 2010, p. 70).

1.2 A classe industrial e sua relação com o Estado

Muitas mudanças ocorreram na literatura, principalmente a partir da década de setenta, em relação à atuação do empresariado e sua representação nos canais de intermediação entre os setores privado e público, como em Diniz (1978) e Diniz (2010). Eli Diniz esclarece bem o ponto de vista a respeito do representante classista do setor industrial como personagem ativo na reformulação de políticas públicas em prol da industrialização e condizente com importantes estratégias do Estado.

O trabalho da autora foi um dos pioneiros a discutir o papel do empresariado e sua relação com o Estado de forma crítica e procurando evitar o caráter dicotômico de relações Estado-Sociedade, presente na maior parte das análises e que é responsável, por sua vez, pelas conclusões da burguesia industrial como grupo subordinado ou autônomo em relação ao Estado. Ao mesmo tempo em que a Eli Diniz reconhece a primazia do Estado na nova fase de desenvolvimento capitalista e que os empresários tiveram certa dificuldade como classe dirigente, mas reconhece a iniciativa do empresariado em reivindicações e, portanto, sua eficácia política e participação no poder enquanto portavoza de forma estratégica no novo esquema de alianças que surge após a Revolução de 1930 (DINIZ, 1978).

Em se tratando das primeiras décadas do processo de substituição de importações e implantação do capitalismo industrial brasileiro, Diniz (1978, p. 95) argumenta:

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Se a burguesia não deteve a hegemonia do processo de instauração de uma nova ordem econômica e social, foi um ator estratégico do esquema de alianças que permitiria a consolidação e o amadurecimento do novo regime. Sua participação seria particularmente significativa no que diz respeito ao processo de definição de um projeto econômico voltado para a industrialização do país e de conscientização crescente do esgotamento do modelo primário-exportador nos moldes até então vigentes, vale dizer, calcado exclusivamente nas atividades primárias de exportação.

A partir principalmente da década de quarenta a ideologia industrialista começa a se destacar entre as forças que lideravam o país, na qual a independência econômica e seu fortalecimento eram condicionados à via industrial, fazendo com que o interesse geral da nação estivesse associado ao interesse da indústria (DINIZ, 1978).

O caráter relativamente nacionalista da indústria aparece como solução à crise institucional brasileira ligada à própria transformação do capitalismo mundial e pode ser analisada inclusive com a produção ideológica das principais lideranças industriais que atuaram como porta-vozes da indústria no período (DINIZ, 1978).

A incorporação do industrial às decisões políticas nacionais se deu de forma gradual e sua historicidade se inicia na ditadura do Estado Novo (1930-1945) na qual houve a separação entre o empresariado industrial e o setor agroexportador. A partir de então, o setor industrial procura espaço político através da definição de uma identidade como segmento econômico de interesses particulares. O estabelecimento de sindicatos do ramo industrial, além das federações regionais ligadas aos Estados foram resultados alcançados graças ao esquema desenvolvido pelo Governo Federal (PUERARI, 2012).

No período da chamada República Populista (1945-1964), há o processo de amadurecimento do projeto da elite industrial desenvolvido na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e na Confederação Nacional da Indústria (CNI). Nesse momento, os interesses do empresariado se integralizaram a ideologia do Governo JK, sendo o Poder Executivo o canal majoritário entre o setor privado e o Estado. O apoio estatal no período foi então garantido ao projeto industrial dos empresários do setor, dada a característica interventora na economia e que garantia a proteção da indústria nacional (PUERARI, 2012; VAINER, HIRT, *et al.*, 2015).

Nesse momento a ideologia econômica da elite empresarial foi classificada como *Desenvolvimentista-Privada*³, na qual os principais núcleos de interação entre público e privado foram a CNI e a FIESP. Além disso, o projeto industrial defendia uma

³ A tese de Faria (2010, p.68) apresenta uma tabela ilustrativa, contendo as principais ideologias econômicas do período de 1945-1964. Como não faz parte do escopo deste trabalho, não foram apresentadas as outras duas correntes de pensamento que influenciaram as decisões políticas do Estado.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

industrialização com proteção ao capital nacional, incentivo, por parte do estado à reinversão dos lucros, favorável tanto ao capital estrangeiro quanto às empresas estatais. Também defendiam o protecionismo e foram favoráveis à elaboração de um planejamento econômico (FARIAS, 2010).

Tal ideologia pode ser identificada com a trajetória do industrial Euvaldo Lodi, um dos fundadores da Confederação Nacional da Indústria e representante classista ativo no período de industrialização brasileira. A próxima sessão tratará com mais detalhes a respeito deste industrial.

2 AS REIVINDICAÇÕES DA ELITE INDUSTRIAL E A PARTICIPAÇÃO DE EUVALDO LODI

Junto ao Estado Novo a nova fase do capitalismo brasileiro é marcada pelo discurso da elite industrial cada vez mais frequente em viabilizar este novo período do desenvolvimento econômico. Dessa forma, a participação do empresariado desse setor é institucionalizada, principalmente, nos conselhos econômicos. O Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), criado em 1934, durante a primeira etapa do governo *varguista* e aperfeiçoado com o Estado Novo, foi um dos principais canais de expressão da elite industrial. Industriais como Euvaldo Lodi, de Minas Gerais - representante classista que garantia a preservação dos interesses da fração, influenciando nas decisões em relação aos investimentos públicos, utilizava o CFCE⁴ como meio de intermediação entre a esfera privada e o governo, o que legitimou a participação direta de interesses econômicos do setor dentro da burocracia estatal (DINIZ, 1978; PONT, 2007; FELDHUES, 2014).

O engenheiro Euvaldo Lodi foi um dos ex-alunos da Escola de Minas de Ouro Preto que se tornou industrial de importante projeção e presidente de várias companhias de mineração e siderurgia em Minas Gerais. Além disso, foi um personagem com poder de articulação, fazendo parte de uma fração diferenciada da elite regional, principalmente ao longo dos anos 30 e 40. Sua participação na representatividade do empresariado começou antes disso, já na presidência do Centro Industrial de Juiz de Fora, na década de 1920 (FELDHUES, 2014; BARBOSA, 2012; CARVALHO, 2010).

⁴ Outro representante industrial de destaque foi Roberto Simonsen, da FIESP.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Em 1931 Euvaldo Lodi obtém importante articulação política quando atua como membro do Conselho Diretor da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, já com influente atuação também entre a elite empresarial de Minas Gerais. Em 1933, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro se junta às Federações de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Juíz de Fora para a criação da Confederação Industrial do Brasil (CIB), com o intuito de fazer dos interesses da elite industrial uma força estrutural de caráter nacional. Em 1938 a CIB se torna Confederação Nacional da Indústria, com Lodi sendo um dos principais articuladores da instituição (FELDHUES, 2014).

Euvaldo Lodi participou do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), fundado em 1934, durante a primeira etapa do *varguismo*, e sua presença como representante classista garantia a preservação dos interesses da fração da classe industrial. Foi representando a bancada patronal na participação do legislativo federal que assumiu posição de destaque no cenário político, influenciando nas decisões em relação aos investimentos públicos (FELDHUES, 2014; PONT, 2007).

Usava do pensamento nacionalista para expressar sua posição em relação às empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Foi contrário à exploração por parte dessas empresas das fontes de energia hidráulica, minas e jazidas. Defendia que a legislação deveria ser reformulada a fim de que a exploração se desse de acordo com os interesses nacionais. Tal ponto de vista foi expresso por Lodi na promulgação do Código de Águas, em 1934, na qual o Governo Federal teria total poder sobre a exploração das quedas d'água, monitorando as tarifas de energia elétrica para obter controle da inflação. Diante disso, o representante industrial defendeu os princípios do Código, vendo a intervenção estatal como um importante instrumento para combater a crise. Dessa forma, Lodi vai de encontro aos demais representantes da indústria privada e ao próprio ministro da Agricultura da época, Juarez Távora, que reivindicaram a reformulação do Código, com a justificativa de que o aumento da tarifa de energia elétrica impedia o acúmulo dos recursos suficientes ao crescimento das indústrias. Lodi, então, expõe sua posição na Constituinte de 1933: “que mal há em que continue o regime de acessão, se pelas limitações da lei não poderá o proprietário, uma vez que se negue a fazê-lo, impedir que o poder público promova a exploração das minas por meio de concessões a terceiros?” (LIMA 1995, p. 23 APUD FARIAS, 2010, p. 44). Como resultado, o Código de Águas apoiou-se na Nova Constituição (FARIAS, 2010; DINIZ, 1978).

A relação entre segurança nacional e industrialização foi sendo cada vez mais disseminada entre a elite industrial brasileira e, nos princípios da década de quarenta,

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

representantes dessa elite como João Doudt de Oliveria – dirigente da Associação Comercial do Rio de Janeiro – Simonsen, Lodi, entre outros, já ressaltariam as principais deficiências do país para o desenvolvimento industrial. A infraestrutura básica como siderurgia, transporte e combustíveis foram assuntos levantados por essa elite e que finalmente chegaram ao Iº Congresso Brasileiro de Economia, realizado em 1943 (DINIZ, 1978).

Por mais que tais entraves tenham sido levantados, não mostrar capacidade de como programar medidas a combatê-los foi um limite da elite industrial, através de seus porta-vozes, apontado, aliás, por muitos autores que consideram o industrial despreparado em relação a problemas complexos ao desenvolvimento industrial. Por mais que tal limitação seja exposta, é importante ressaltar que os industriais desde a década de trinta estavam percebendo e reivindicando a necessidade de se criar política econômica em razão a industrialização brasileira (DINIZ, 1978).

Um dos resultados das reivindicações feitas pela elite industrial ao governo foi a criação de um decreto de caráter protecionista, de 1938. Nas palavras de Diniz (1978, p. 134):

Trata-se do Decreto-lei nº 300, de 24 de fevereiro de 1938, que, regulando as condições para a concessão de isenções e redução de tarifas aduaneiras, daria início à mecânica do similar nacional, determinando, em seu Art. 6, letra “a”, a impossibilidade de se conceder favores para importação de mercadorias, matérias-primas ou materiais dos quais houvesse similar na produção nacional, e estabelecendo uma Comissão de Similares, integrada inclusive por representante da Confederação.

Outra vitória da indústria em relação à política protecionista ocorre na década de cinquenta com a reforma tarifária de 1957, fazendo com que a tarifa aduaneira chegasse a elevar-se entre 60 e 150%. Além disso, como complemento à reforma, foi criado o Conselho de Política Aduaneira, com a participação de representantes industriais, com o intuito de controlar a política (FARIAS, 2010).

O “livre comércio” com o mercado externo também foi outro assunto de disputa entre a elite industrial e a burocracia estatal quando, em relação ao tratado de comércio com os Estados Unidos – O Acordo de Reciprocidade -, assinado no início do mês de fevereiro do ano de 1935, no qual o país americano manteria livre a entrada de produtos brasileiros como café e borracha, em troca da redução de tarifas de vários produtos americanos. Foi então que representantes da indústria brasileira, incluindo Euvaldo Lodi, apresentaram resistência à aceitação do Tratado. Tal atitude veio a dificultar a ratificação no Congresso. Nesse sentido, a elite industrial apresentou dados que demonstravam os produtos brasileiros que seriam prejudicados com a efetivação do Tratado. Além disso, a

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Confederação Nacional da Indústria, presidida por Lodi, também preparava um memorando a ser entregue ao Presidente da República, sobre o assunto. Lodi ainda afirmaria na Câmara: “o Tratado [...] reduzia os direitos brasileiros sobre vários produtos de maneira tão prejudicial às indústrias do país que muitas delas seriam seriamente atingidas” (WIRTH, 1973, p. 30 APUD DINIZ, 1978, p. 130). Além disso, Lodi ainda seria contra o sigilo no qual tramitavam muitas decisões na Câmara, que levava a marginalização do setor da indústria e ia de encontro ao princípio corporativista da participação de grupos que tinham interesse em assuntos relacionados aos desempenhos de suas atividades (DINIZ, 1978).

Porém, por pressões externas que ameaçaram os interesses nacionais de exportação de café, o próprio Presidente da República pressionou Lodi a recuar com sua oposição e o tratado acabou sendo, depois de passado pela Câmara e Senado, ratificado no mês de dezembro de 1935. Por mais que o empresariado industrial foi vencido nesse problema, tal oposição feita pela classe foi, de fato, importante para uma maior visibilidade de tal representação frente suas demandas de participação e levou a reforçar seu lugar no processo decisório (DINIZ, 1978).

Outro alvo das críticas do empresariado industrial, além da falta de uma política industrial, foi a ausência da institucionalização de um sistema de crédito condizente com a expansão da indústria e para suprir os obstáculos à expansão econômica brasileira. Em 1937, fora criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), no Banco do Brasil, com o objetivo de fornecer crédito de médio e longo prazo às indústrias. Porém, mais uma vez, a elite industrial e seus porta-vozes precisaram criticar o funcionamento de tal Carteira, alegando ser, mesmo que útil, insuficiente para financiar o surto industrial, uma vez que a CREAI, em seu início, não financiava a instalação de novas unidades. Isso só seria modificado mais tarde, inclusive, por insistentes reivindicações por parte do empresariado industrial. Como consequência, foi sugerido, pela representação industrial, através de consultas em federações e confederações nas quais os principais porta-vozes faziam parte - como CNI e FIESP – a criação de bancos de investimento industrial. Tal sugestão não foi aderida pelo governo, mais uma vez vencida pelos burocratas liberais (DINIZ, 1978). A política cambial também foi uma das pautas da elite industrial. O governo Dutra na década de quarenta iniciou uma política cambial de caráter liberal, oposta, por sua vez a formulação de uma política cambial feita pela CNI⁵, que controlava as importações e o

⁵ A FIESP também participou da formulação da política cambial.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

controle de cambio. A crise cambial ocorrida dois anos depois, juntamente com os protestos dos industriais, fizeram com que o presidente reformulasse a política e, em 1953, com a instrução 70 da Sumoc, Vargas estabeleceu o sistema de taxas múltiplas de cambio condizentes aos interesses da indústria (FARIAS, 2010).

Mesmo que os vários formatos sugeridos pelo empresariado com o objetivo de ampliar e realocar recursos a fim de beneficiar o setor industrial quase sempre não tenham sido concretizado nesse período, por inúmeros motivos, seja por falha técnica ou conflito de interesses com outras classes e grupos, a repercussão do debate e significativa participação de novas figuras seria um marco muito positivo para o empresariado até mesmo na oportunidade de formar alianças dentro do governo, o que contribuiu para a importância gradual da classe industrial perante as decisões de crescimento econômico no interior do aparelho estatal (DINIZ, 1978).

Como já discutido, a elite industrial sempre frisou em seu discurso a industrialização como sendo prioritária à promoção do desenvolvimento econômico, levando em consideração as novas oportunidades que se abriam no Brasil. O atuação do Estado, nesse sentido, seria indispensável no que se refere a defasagem entre o programa industrialista incorporado pela empresariado e os recursos escassos para colocá-lo em prática, nos quais somente o caráter intervencionista do Estado seria capaz de enfrentar. A própria realização do empresariado industrial como classe estaria condicionado ao estímulo e auxílio do Estado (DINIZ, 2010).

Entre as décadas de 1930 e 1940 a discussão sobre o Estado intervencionista na economia esteve presente, por representantes da indústria, em Assembleias Constituintes e Congresso Brasileiro de Economia na qual o governo deveria atuar como regulador, mas não produtor, assim como declarado por Simonsen na Constituinte de 1934, no sentido de dar suporte à setores da indústria onde o setor privado não era capaz de administrar. Setores de infraestrutura, por exemplo, na qual o empresariado industrial não teria recursos para administrar, o Estado era, particularmente, tido como solidário com o próprio empresariado e para o desenvolvimento da indústria que necessita, conseqüentemente, do suporte da indústria pesada e de infraestrutura como energia e transportes. A intervenção do Estado como produtor nestes setores específicos era visto pela elite industrial, não como ilegítima, mas como promotor do suporte necessário ao crescimento industrial (DINIZ, 1978).

No início do processo de industrialização brasileira e durante o Estado Novo, o capital estrangeiro era reconhecido pela elite industrial como uma forma de fortalecimento do

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

setor face aos demais. A emancipação da indústria nacional não significaria a ausência de empresas estrangeiras no país. A partir desse ponto de vista, o 1º Congresso Brasileiro de Economia, de 1943 e o 1º Congresso Brasileiro da Indústria, de 1944 apresentaram, como uma das resoluções aprovadas, recomendações ao governo em atrair investimentos estrangeiros, através de políticas. Segundo a elite industrial, a atração do capital estrangeiro facilitaria a transferência de lucros ao exterior, compensando os déficits da balança de pagamentos (DINIZ, 1978).

O capital nacional em conjunto ao capital estrangeiro em empreendimentos industriais só seria benéfico ao fortalecimento do setor. Tal raciocínio fez parte do projeto de industrialização da elite industrial. Tal elite defenderia o investimento estrangeiro, mas com a condição de que se subordinasse à promoção da industrialização (DINIZ, 1978).

3 A VALORIZAÇÃO DO SABER TÉCNICO E A INSERSÃO DE LUCAS LOPES NA TECNOBUROCRACIA BRASILEIRA

A importância do saber técnico como um conhecimento especializado, com capacidade em assumir responsabilidades administrativas características de um Estado “moderno” se remete aos anos vinte e foi um processo histórico não só ao Brasil, mas em várias outras realidades econômicas. No país, tal percepção foi trazida da Europa e dos EUA, onde o reconhecimento do profissional com saber técnico na administração pública, além de estudos sobre o papel planejador do Estado serviu de referência para os intelectuais e políticos brasileiros. Dessa forma, os exemplos internacionais já mostravam o reconhecimento da existência de um Estado com intensa atuação no desenvolvimento econômico e social, vinculado ao auxílio do funcionário público de caráter técnico (GOMES, 1994).

O processo de modernização, que se inicia entre as décadas de vinte e trinta, necessitava de profissionais com formação diferenciada da burocracia tradicional, para se acelerar. Portanto, a função do Estado nesse período se via condicionada ao conhecimento técnico na administração pública (GOMES, 1994).

Nessa mesma perspectiva, Bresser-Pereira (2007, p. 9), explica:

Nas sociedades modernas, a classe empresarial e a alta burocracia pública são os dois grupos sociais estratégicos, do ponto de vista político. A burocracia, que era um pequeno estamento situado principalmente

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

dentro da organização do Estado, transformou-se em uma grande, senão imensa, classe profissional ou em uma tecnoburocracia, tanto pública quanto privada⁶.

A tecnoburocracia, por sua vez, formada por um corpo técnico, capaz de administrar funções em quadros especializados, tomou o comando sobre atividades produtivas estratégicas do Estado e deteve monopólio de informações, que estariam fora das responsabilidades e orientações político-partidárias. A tecnoburocracia nacional também é chamada de *insulamento burocrático, anéis burocráticos, ilhas de racionalidade técnica, universalismo de procedimentos e corporativismo*, em trabalho como de Carlos Estevan Martins (1974), Bresser Pereira (1980), Gilda Portugal Gouveia (1994), entre outros (ALMEIDA, 2003).

3.1 A inserção do engenheiro no aparato estatal

Os engenheiros entram nesse contexto após a inserção política dos quadros “técnicos” e estão relacionados à criação de órgãos corporativos, em que essa nova elite tem, por sua vez, acesso privilegiado, graças à nova ideologia do Estado. O Conselho Federal de Comércio Exterior e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico são duas instituições, entre outras, que exemplificam a demanda do engenheiro em estudos e discussões sobre a economia e industrialização brasileira. Dessa forma, a trajetória da carreira desse tipo de profissional é interessante quando se relaciona a formação acadêmica e a incorporação política de cargos de caráter técnico, no Brasil (GOMES, 1994).

É importante ressaltar que o primeiro projeto que finalmente envolveu, ao mesmo tempo, o amparo do Estado ao ensino técnico-científico e assimilou esse tipo de qualificação e conhecimento ao desenvolvimento econômico do país foi a Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), fundada em 1876, da onde vieram vários profissionais da área de engenharia que, por sua vez, contribuíram em vários projetos importantes do desenvolvimento econômico e industrial, como Euvaldo Lodi (DIAS, 1994).

⁶ Uso da palavra “classe” é usado em seu sentido clássico, presente em Marx e também em Weber, como dependente das formas de propriedade. Neste caso, a classe profissional controla a “organização” (tem a propriedade coletiva da organização, conforme discute Bresser-Pereira (1977b)), da mesma forma que a classe capitalista tem a propriedade individual do capital. Uso “camada” ou “estrato” no sentido da sociologia da estratificação social que se baseia nos critérios de renda, educação e prestígio social; nesse caso, cada classe pode incluir mais de uma camada (BRESSER-PEREIRA, 2007).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

A década de vinte trouxe a dicotomia entre o político e o técnico, sendo esta uma parte da elite do governo considerada extremamente positiva nas tomadas de decisões estratégicas do estado e, aquele, uma outra parcela da elite governamental com características negativas por apresentar lentidão nas decisões e gerar conflitos entre facções políticas. Tal ponto de vista é abordado por Angela de Castro Gomes (1974) que, ao analisar esse período, aponta o engenheiro como o profissional que melhor encarna a trajetória decisiva do governo, fundada a I Guerra Mundial, pois este estava encarregado de obras públicas que faziam parte da estratégia do Estado na promoção da recuperação econômica, formado por sua vez em Escolas Politécnicas, como do Rio de Janeiro (1873) e a Escola de Minas de Ouro Preto (1876). Instituições essas que tiveram, a partir da década de setenta principalmente, maior prestígio e melhorias nos cursos de engenharia. Dado o gradual reconhecimento deste profissional, o engenheiro ganha cada vez mais força ante as diversas elites burocráticas e consegue se tornar dirigente político em muitas tomadas de decisões características no processo de industrialização brasileira (ALMEIDA, 2003).

Com a Revolução de 1930, as alterações na composição da burocracia pública brasileira começam a se destacar quando as funções do burocrata e do político deixam de ser distintas e começam a ser efetivadas juntas. Os políticos, conhecidos no Brasil, como clientelistas e muito vinculados aos coronéis no início do desenvolvimento capitalista, foram sendo substituídos pela capacidade técnica de burocratas, novas elites com formação técnica de engenheiros e economistas, que se identificam com a eficiência e racionalidade e que condizem com a ideologia tecnoburocrática (ALMEIDA, 2003).

Getúlio Vargas, em seu discurso, em 1931, culpa a ineficiência de políticas públicas e a desorganização do Estado à falta “racionalização” como sendo a intervenção e planejamento do Estado e impõe, como solução, a reforma burocrática do serviço público, confiando em uma boa administração para o fim do clientelismo presente no período pré-1930. Nessa ótica, as principais medidas tomadas pelo governo, alterando a configuração burocrática estatal, foram a criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil, em 1936, com Luiz Simões Lopes o principal personagem político e administrativo dessa nova burocracia. Também, em 1937, a Carta Constitucional passa a exigir concurso público para os funcionários públicos e, no ano seguinte, é constituído o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), - , um departamento que funcionava junto à presidência da república, no qual fazia parte profissionais com conhecimento técnico. Tais medidas exemplificam a efetivação da reforma administrativa implementada por

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Vargas, um processo em andamento desde os primeiros meses de seu governo (DIAS, 1994; BRESSER-PEREIRA, 2007).

Após a II Guerra Mundial, dado o aumento da atividade industrial no país, começou-se a se inserir na administração pública os engenheiros relacionados às atividades modernas do setor público. Estes ganham gradativa força por seu pensamento modernista que se afastava do funcionalismo padrão, tanto em relação às condições de trabalho quanto ao ambiente organizacional. A importância do papel desses engenheiros, inclusive ao desenvolvimento brasileiro, foi a absorção destes em instituições estratégicas do setor produtivo como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Conselho Nacional do Petróleo (DIAS, 1994).

Lucas Lopes foi uma típica ilustração de um engenheiro que logo se tornou dirigente público. Formado em engenharia civil pela Escola de Engenharia de Belo Horizonte em 1932, Lopes é um dos personagens que inaugura a chegada da tecnocracia ao debate político em Minas Gerais, principalmente a partir de sua emergência à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, em 1943, além de também representar, de acordo com a visão de Dulci (1990), o *tecno-empresário brasileiro, por ser dirigente público e, no final de sua carreira, se tornar empresário*. Foi também diretor de Planos e Obras da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), entre 1949 e 1951, ao mesmo tempo que coordenou o *Plano de Eletrificação de Minas Gerais*. Após esse período, em 1952, fez parte da direção da estatal Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Além disso, de 1951 a 1953, fez parte da Comissão Mista de Brasil-Estados Unidos. Durante do governo JK, assumiu a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), lócus da elaboração de diretrizes governamentais e principal instituição de apoio à industrialização. Antes de presidente, foi diretor-técnico do Banco. Toda sua experiência juntamente com o apoio político, principalmente de JK, levou-o ao governo federal, na elaboração do Plano de Metas⁷, acumulando a função de secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento. Lopes foi considerado um dos maiores colaboradores de Juscelino. O engenheiro, ligado ao PSD foi um dos personagens a passar por postos de primeiro escalão da administração estadual e federal (LOPES, 2006; DINIZ, 2008; CICF, 2007).

⁷ O Plano de Metas influenciou a criação da Eletrobrás, graças à montagem do sistema elétrico brasileiro previsto no Plano, que veio do *Plano de Eletrificação*, elaborado por Lopes.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Lopes permaneceu como Ministro da Viação e Obras Públicas nos governos transitórios Café Filho e Nereu Ramos, entre 1954 e 1956, representando o PSD, devido, entre outras razões, ao apoio político de JK. Durante o intervalo de um governo para o outro, elaborou em Minas propostas do *Plano Nacional de Desenvolvimento* que levaram a constituição do Plano de Metas do Governo Federal. Graças a esse projeto, Lucas Lopes chegou à liderança do Programa de Metas, além de assumir a presidência do BNDE e fazer parte da direção da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento, logo no começo do mandato de JK (DINIZ, 2008).

No ano de 1956, Lopes, juntamente com outros tecno-empresários como Roberto Campos, fundou uma empresa de consultoria chamada CONSULTEC que serviu de canal entre a administração federal e o grande capital, na mesma época em que pertencia a presidência do BNDE, até 1958, quando assume o Ministério da Fazenda (DULCI, 1990; DINIZ, 2008).

Lopes chegou a assumir o Ministério da Fazenda do Governo Juscelino, mas devido a problemas de pressões do FMI e a resistência em reter gastos por parte do próprio presidente, quando da construção de Brasília⁸, decidiu deixar o cargo, assim como a vida política. Depois disso, chegou a representar a multinacional Hanna Mining Co., empresa que exportava o minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, que mantinha essa pendência com o governo do Brasil (DULCI, 1990).

Quando deixou a carreira de dirigente político, aos 49 anos de idade, já possuía importante arcabouço de conhecimento sobre a economia brasileira, além de se tornar um dirigente público alicerçado em fundamentos técnicos que o permitiu, além de tudo também participar da esfera privada. Lopes teve uma forte relação com JK, principalmente após este ter sido governador do estado. Nesse sentido, Lopes foi denominado, na visão de Diniz (2008, p. 96 APUD RODRIGO LOPES, 2006), o *planejador de JK* (CICF, 2007).

CONSIDERAÇÕES

Mesmo com as discussões sobre a dificuldade de hegemonia da classe, o empresariado brasileiro evoluiu dos princípios fordistas e não mais de forma individualista, concretizou a aceitação da ação do Estado no apoio à indústria e participou de órgãos técnicos no

⁸ Juscelino Kubitschek rompeu o acordo com o FMI e, em favor da opinião nacionalista, substituiu sua equipe econômica (DULCI, 1990).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Estado Novo na reivindicação de políticas de industrialização. Aceitou tanto a ação do Estado quanto o investimento do capital estrangeiro ao desenvolvimento industrial (DELGADO, 1997; BARBOSA, 2013).

A visão antagônica sobre o empresariado pode ser explicada por uma análise que se afasta do conceito economicista de classes sociais, presente nos trabalhos clássicos sobre o papel da burguesia industrial, como o de Fernando Henrique Cardoso. De todo modo, é possível verificar a atividade e importância desse personagem durante o período de industrialização brasileira, ao lado de um Estado interventor desenvolvimentista (DELGADO, 1997; BARBOSA, 2013).

O papel da elite industrial no período analisado apresentou capacidade na formulação de projetos e ideias que, através de canais como o CFCE conseguiram influenciar em medidas de proteção e crescimento da indústria nacional. As confederações, como a CNI, federações, como a FIESP, além das associações de classe foram importantes órgãos que permitiram uma maior interação entre o público e o privado. Euvaldo Lodi foi um representante classista que garantiu a preservação dos interesses da fração da classe industrial. Representou a bancada patronal na participação do legislativo federal, assim assumindo posição de destaque no cenário político, influenciando nas decisões em relação aos investimentos públicos. Participou ativamente das Assembleias Constituintes, além de ser membro do CFCE e foi um dos fundadores da Confederação Nacional da Indústria (FELDHUES, 2014; PONT, 2007).

Em relação ao surgimento da tecnoburocracia estatal, esta em um contexto de política desenvolvimentista, apoiada pela elite industrial, acabou por contribuir para modernização do parque industrial brasileiro que chegou, ao final da década de cinquenta, a fase da industrialização pesada. Por isso, foi fundamental a reestruturação da burocracia com o reconhecimento do saber técnico na administração pública e a consequente inserção de engenheiros tanto em decisões políticas como na administração das empresas estatais. O caso de Lucas Lopes representa um clássico exemplo do engenheiro que se tornou dirigente público, com passagem em postos de primeiro escalão na administração estadual e federal, chegando à responsabilidade do principal elaborador do Plano de Metas de JK. Além disso, Lopes teve forte relação com a classe empresarial brasileira com sua experiência como empresário, após finalizada sua carreira como dirigente público e sua forte contribuição nos projetos de JK. No final da década de cinquenta, após fundar a empresa de consultoria chamada CONSULTEC e representar a multinacional

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Hanna Mining Co., foi considerado um técnico-empresário brasileiro (DULCI, 1990; DINIZ, 2008).

Todos esses fatos mostram a importância de uma relação estratégica entre a elite industrial composta por profissionais qualificados, como Euvaldo Lodi e Lucas Lopes, e um Estado nacional-desenvolvimentista que tinha como um dos principais objetivos modernizar a industrialização brasileira, dando espaço dessa forma ao projeto de industrialização da elite industrial e seus interesses que, como resposta, deu apoio ao sistema autoritário do Governo.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Roberto S. D. A estruturação da tecnoburocracia do planejamento territorial no Brasil. Terra Brasilis, São Paulo, 1 janeiro 2003. ISSN 1519-1265.

BARBOSA, Agnaldo S. Revisitando a Literatura sobre o Empresariado Industrial Brasileiro: Dilemas e Controvérsias. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 68, p. 391-406, maio/ago 2013.

BARBOSA, Daniel H. D. Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969). 2012. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Burocracia Pública e Classes Dirigentes no Brasil. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 28, p. 9-30, 2007.

CARDOSO, Fernando. H. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARVALHO, José M. D. *A Escola de Minas de Ouro Preto: O Peso da Glória* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 196 p. ISBN 978-85-7982-005-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO (CICF). *Memórias do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.

DELGADO, Ignacio. G. *A Estratégia de um Revés: Estado e Associações Empresariais em Minas*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997. 164 p. ISBN 85-8522-26-X.

DIAS, José. L. D. M. “Os Engenheiros do Brasil”. GOMES, Angela. D. C (Org.). *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1994.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

DINIZ, Clélio. C. *Lucas Lopes, o visionário do desenvolvimentismo*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, n. 2, p. 80-95, 2008.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 101-139, 2010. ISSN 2175-7984.

DULCI, Otávio. S. Empresariado e Política em Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 10, p. 93-125, 1990.

FARIAS, Francisco. P. D. Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964). 2010. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FELDHUES, Paulo. R. P. A Confederação Nacional da Indústria e o Nordeste Brasileiro: o desenvolvimentismo nas páginas de Desenvolvimento e Conjuntura (1957-1964). 2014. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas - Universidade de Brasília. Brasília.

GOMES, Angela. D. C. “Novas elites burocráticas”. GOMES, Angela. D. C. *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

LOPES, Rodrigo. *Sonho e razão: Lucas Lopes, o planejador de JK*. São Paulo: Arx, 2006.

PONT, Juarez. V. Empresariado Industrial, Ação Política e Legislação Social no Brasil: 1930-1988. 2007. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

PUERARI, Gustavo. M. Empresariado e política externa brasileira para a África: Convergências e Associações no Governo Lula. 2012. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VAINER, Carlos. B. et al. Burguesia, Estado e desenvolvimento capitalista no Brasil a partir de 1930: interpretações e debates. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá*, v. 8, n. 2, p. 51-86. 2015. ISSN 1984-4352.